

# **RELAÇÃO CHINA-ÁFRICA EM UMA PERSPECTIVA DA ECONOMIA POLÍTICA DO SISTEMAS-MUNDO**

Isaías Albertin de Moraes<sup>1</sup>

Mônica Heinzelmann Portella de Aguiar<sup>2</sup>

## **Resumo**

O artigo tem como unidade de análise a hodierna inter-relação China – África e suas consequências nas relações econômicas sociais, políticas e culturais entre os dois atores. O referencial teórico da pesquisa é a Teoria Econômica Política do Sistemas-Mundo, mormente os estudos de Immanuel Maurice Wallerstein e Giovanni Arrighi. Os preceitos essenciais desses foram elucidados, sucintamente, na primeira parte do texto.

Posteriormente, o texto empenhou em realizar um breve levantamento bibliográfico e histórico, de fontes primárias e secundárias, com vistas a apresentar o percurso historiográfico, sobretudo a partir de meados do século XX, das relações interestatais da China para a África – que partindo de uma plataforma ideológica revolucionária (marxismo-leninismo-maoísmo) moveu-se para uma matriz pós-revolucionária (tecnocrata-centralista-economicista). O estudo intentou, nesta fase, em empregar a triangulação de dados, objetivando, assim, uma análise histórica mais fidedigna dos acontecimentos vivenciados.

De posse desse arcabouço teórico-conceitual-metodológico, o artigo, por fim, procurou demonstrar as estratégias de cooperação técnica, cultural e econômica incentivadas pelo governo de Pequim nos países africanos e suas consequências para o sistema internacional.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ-UCAM.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciência Política pelo IUPERJ-UCAM e Mestre em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC – RJ.

**Palavras-chave:** Teoria Econômica Política do Sistemas-Mundo; Relações Interestatais China – África; Cooperação Internacional.

## **Introdução**

A presença da China na África vem se intensificando significativamente em termos econômicos, políticos, culturais e sociais. De um lado há a necessidade estratégica chinesa por securitizar recursos energéticos e matérias-primas e pela busca da diversificação/ampliação do seu mercado consumidor. Por outro lado, a maioria das nações africanas está saindo de um longo período de conflitos abertos e militarizados internamente, procurando se modificar social e economicamente.

Desde o início do século XXI, o continente africano tem apresentado taxas de crescimento ao redor de 5% a 6% por ano, variando de acordo com os países observados. A região subsaariana, especificamente, apresenta uma regularidade no seu crescimento com um Produto Interno Bruto – PIB que se estima um aumento em torno de 5,8% para o ano de 2015. (RÉMY, 2015).

A África, atualmente, é considerada pelos chineses a peça fundamental para suprir a crescente demanda do país asiático por recursos naturais, por alimentos e por fontes energéticas. Calcula-se, ademais, que o faturamento com o setor de consumo – varejo, atacado, setor bancário, de telecomunicações e de turismo - irá crescer cerca de US\$ 400 bilhões até 2020 em todo o continente africano. (RÉMY, 2015).

O acesso, quase sempre a preços razoáveis, para as necessidades econômicas chinesas, bem como a possibilidade de ofertar seus produtos e serviços ao continente africano, permite que a China mantenha seu ritmo de crescimento nas próximas décadas e, possivelmente, consiga superar a hegemonia econômica estadunidense até 2050.<sup>3</sup>

Nessa busca por fornecedores de bens primários, por consumidores e maior influência político-econômico-cultural na África, o governo de Pequim lança mão de diferenciadas estratégias, como: investimentos diretos, empréstimos de longo prazo, auxílios financeiros, cooperação técnica, militar, cultural e tecnológica e cooptação política das elites africanas. A expectativa em relação ao

---

<sup>3</sup> De acordo com estudo realizado pela *PricewaterhouseCoopers* as 4 maiores economias, em 2050, serão: 1º China, 2º Índia, 3º Estados Unidos da América – EUA, 4º Brasil. (CHADE, 2011a) Estudo prevê o Brasil como o 4º PIB mundial em 2050 – publicado em *O Estado de São Paulo* [<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20brasil,estudo-preve-o-brasil-como-o-4-pib-mundial-em-2050,50225,0.html>]. Disponibilidade: 07/01/2011.

retorno do investimento, em uma periferia, avaliada como uma zona de prosperidade, é alta. Em 2015, o continente africano, provavelmente, ultrapassará o Brasil como região em que os investidores contam com um retorno superior a 21%. (RÉMY, 2015).

A China, ao se inter-relacionar com a África, optou por lidar com governos corruptos, com ditadores e com Estados falidos. A estratégia da chancelaria do Partido Comunista Chinês – PCC é definida da seguinte forma: não questionar sobre assuntos domésticos e tampouco exigir, como faz, por exemplo, o Banco Mundial, compromissos com a democracia ou com a transparência nas contas do Estado. Os contratos de cooperações político-econômicas firmados com as nações africanas não contêm cláusulas de contrapartida exigindo maior participação política, transparência de gestão, reformas econômicas, observância aos direitos humanos e respeito ao meio ambiente. Formalmente, Pequim institui apenas uma condição: que o Estado interlocutor adote a política da “uma só China”, logo não reconheça Taiwan.

Os procedimentos técnicos metodológicos priorizados pelo artigo, para análise do relacionamento sino-africano, foram bibliográficos e documentais. Primeiramente, houve levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas ao estudo. Nessa fase, a pesquisa privilegiou os dados colhidos diretamente do *Forum on China–Africa Cooperation – FOCAC* e das declarações oficiais dos governos. Posteriormente, se adotou uma abordagem sistemática por meio da avaliação crítica e da triangulação de dados bibliográficos e históricos, de fontes primárias e secundárias, tais como: livros, revistas, jornais, cartas, atas de reuniões, discursos, fotografias, entre outros.

O artigo, desse modo, buscou analisar a hodierna inter-relação China-África de forma plurifacetada. Em um primeiro momento, empenhou-se em compreender os preceitos essenciais da Teoria Econômica Política do Sistemas-Mundo e a importância dos mecanismos de funcionamento sistêmico das relações econômicas entre China-África. Em um segundo momento, o texto se concentrou em decorrer o percurso histórico, sobretudo a partir de meados do século XX, das relações sino-africana e em corporificar os principais projetos chineses em curso na África. Esse roteiro teórico-histórico-analítico proporcionou melhor compreensão de como se estrutura centros de poderes e relacionamentos dependentistas no sistema internacional contemporâneo.

### **Teoria Econômica Política do Sistemas-Mundo**

O referencial teórico do estudo é a Teoria Econômica Política do Sistemas-Mundo. Surgida, na década de 1970, essa se apresenta como uma abordagem epistemológica diferenciada e contra hegemônica às propostas da Teoria Realista e Liberal do sistema Internacional. Entre seus principais autores destacam: Immanuel Maurice Wallerstein e Giovanni Arrighi. Esses resgataram estudos do estruturalismo de Fernand Braudel, da Teoria da Dependência e de diversos analistas, almejando a renovação e a aplicação do marxismo no campo da Economia Política Internacional.

Segundo Wallestein, a expressão “sistema-mundo” pode ser definida da seguinte maneira:

Um sistema mundo não é o sistema do mundo, mas um sistema que é um mundo e que pode ser, e frequentemente tem sido, localizado numa área menor que o globo inteiro. Uma análise de sistemas mundiais argumenta que as unidades da realidade social dentro das quais nós operamos, cujas regras nos restringem, são na maioria tais sistemas mundos. (WALLERSTEIN, 2004. p. 98-99)

Observe-se, portanto, que para Wallerstein (2004), as unidades de análise do sistema internacional não são os Estados, como na tradição realista, mas os sistemas-mundos. Esses coexistem na comunidade internacional, porém não são capazes de estabelecerem um único sistema mundial centralizado.

Quando uma nação consegue estabelecer um sistema internacional centralizado, segundo Wallerstein (2004), ela cria um império mundial, por exemplo, o caso de Roma. Por outro lado, quando há vários países dividindo o controle do sistema internacional, sem um órgão centralizador, o que há de fato é um sistema de economias-mundo. Realizar a distinção entre estes dois modelos é primordial para a pesquisa.

Um império mundial (tal como o Império romano, a dinastia Han na China) é uma grande estrutura burocrática com um único centro político e uma divisão de trabalho central, mas culturas múltiplas. Uma economia mundo é uma grande divisão central de trabalho com centros políticos múltiplos e culturas múltiplas. (WALLERSTEIN, 2004. p. 99)

Denota-se que a diferenciação entre impérios mundiais e economias mundo, possui um caráter significativo, pois, enquanto os impérios mundiais, como o romano, particularizavam-se por seu poder de centralização política, as economias mundo caracterizam-se justamente pelo contrário, ou seja, múltiplos centros políticos em constante e complexa luta interestatal pela hegemonia do sistema.

Atualmente, o sistema internacional é regido, segundo Wallerstein (2004), pelo Moderno Sistema Mundial. Esse teve sua origem no século XVI, na Europa, expandiu-se nos séculos seguintes e abarcou todo o globo após o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS em 1991. Verifica-se, portanto, que Wallerstein (2004), categoriza, metodologicamente, o Moderno Sistema Mundial com nascimento e supremacia do modelo econômico capitalista.

O mundo no qual nós estamos inseridos agora, ou seja, o sistema mundial moderno teve suas origens no século dezesseis. Este sistema mundial foi então localizado em somente uma parte do globo, principalmente em regiões da Europa e das Américas. Ele se expandiu ao longo dos anos e atingiu todo o globo. É, e sempre foi, uma economia mundo. É, e sempre foi, uma economia mundo capitalista. (WALLERSTEIN, 2004. p. 23)

Outro aspecto basilar nos estudos da Teoria do Sistemas-Mundo é a operacionalização conceitual de hegemonia com seus “ciclos sistêmicos de acumulação” (ARRIGHI, 1996, p. 36-47). Giovanni Arrighi (1996), embasado nos estudos de hegemonia de Antônio Gramsci, defende que o *hegemon* do sistema internacional não construiu sua supremacia somente por meio da dominação, mas essencialmente, mediante liderança. Para Arrighi:

A hegemonia, portanto, é mais do que a dominação pura e simples, e diferente dela: é o poder adicional que compete a um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de conduzir a sociedade em uma direção que não apenas atende aos interesses do grupo dominante, mas é também percebida pelos grupos subalternos como servindo a um interesse mais geral. (ARRIGHI, 1996, p. 36).

Arrighi identificou, ao longo da história, quatro ciclos sistêmicos de acumulação e seus respectivos Estados hegemônicos, são eles: o genovês, que se estende do século XV ao início do século XVII; o holandês, que tem início no século XVI até a maior parte do XVIII; o britânico da segunda metade do século XIX até o começo do século XX; e, por fim, o estadunidense, que se inicia pós Segunda Guerra Mundial até a atualidade. (ARRIGHI, 1996).

A percepção de que existem centros hegemônicos no sistema internacional faz com que também haja periferias. Desse modo, os teóricos da Economia Sistemas-Mundo transportaram os estudos de luta de classes, apresentado por Karl Marx no âmbito da economia capitalista nacional, para uma perspectiva internacional. O sistemas-mundo, portanto, é particularizado por uma relação hierárquica e desigual em todo o seu sistema. Esse é dividido em centro, semi- periferia e periferia. (ARIENTI, 2007).

Compreende-se que o elemento unificador da economia-mundo é a divisão mundial do trabalho. Essa não leva em consideração somente seu caráter funcional, mas também sua dimensão espacial. A divisão mundial do trabalho interfere, inclusive, na distribuição regional do produto. Depreende-se que, de acordo com essa visão, a posição que cada país ocupa determina, em grande medida, as possibilidades e os limites de desenvolvimento de suas forças produtivas e sociais. (ROJAS, 2003).

Entretanto, para Arrighi (1996), a estrutura hegemônica que esta embasada o atual sistema internacional não é estática, logo é passível de sofrer flutuações econômicas de curto prazo, bem como longos ciclos de transformação. Esses promovem mudanças hierárquicas na economia-mundo. Segundo o autor, a despeito de haver ocasionais alternâncias de posicionamento no sistema, como uma nação sair de centro para semi-periferia, ou de semi-periferia para o centro, esse fato, raramente, não altera em si a natureza desse sistema. (ARRIGHI, 1996).

Para Wallerstein (2004), o sistemas-mundo apresenta momentos de desequilíbrios estruturais nos mercados globais. Nesses momentos de crises, a capacidade produtiva e seus custos altos não conseguem mais coexistir com a falta de demanda e as margens de lucro cada vez mais elevadas. Esse fato levaria, conseqüentemente, há uma mudança das bases produtivas para regiões do globo onde o custo de mão-de-obra e a perspectiva de geração de demanda fossem promissores, abrindo a chance para que países semiperiféricos ascendessem à condição de centrais.

Denota-se que, segundo essa lógica, a China ocupa, atualmente, a categoria de país semiperiférico, pois ainda apresenta zonas limitadas de prosperidade. No entanto, caminha a passos largos na intenção de ocupar uma posição central na economia – mundo. A presente política externa chinesa, para tanto, visa alargar sua esfera de influência geoeconômica, garantindo fatores determinantes para seu processo de acumulação e crescimento econômico.

### **Breve histórico das recentes relações sino-africana**

Após a Revolução Comunista de 1949, liderada por Mao Tsé-tung, e com a fundação da República Popular da China – RPC, a política de Pequim, primeiramente, voltou-se para as questões internas. A construção de uma identidade nacional, em uma nação com pluralidades culturais regionais, e a manutenção de um aparelho de Estado capaz de alcançar todo o território prevaleceram em detrimento às relações exteriores. Essas, até 1960, ficaram condicionadas ao

alinhamento com a URSS, possibilitando programas de cooperação estratégicos em diversas áreas por meio dos planos quinquenais do PCC.

Nesse período, as relações chinesas com a África foram marcadas pela ideologia marxista e pelo seu viés político. O governo maoísta apoiou explicitamente o processo de descolonização, em curso em algumas nações africanas, bem como a condenação ao imperialismo capitalista. A China, apesar de suas limitações socioeconômicas, procurava fornecer suporte aos países africanos mediante projetos de cooperação, apoio diplomático, treinamento militar e ajuda econômica.

As relações sino-africanas foram intensificadas, após a Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, em 1955.<sup>4</sup> Nesse ensejo, o primeiro ministro chinês, Zhou Enlai, ao discursar, apresentou os cinco princípios da coexistência pacífica e que direcionariam a política externa de Pequim, eram eles: autodeterminação, não intervenção em assuntos internos, respeito mútuo, benefício recíproco e igualdade de tratamento.

Na referida Conferência, o representante chinês, ademais, estreitou laços diplomáticos com o Egito, liderado pelo nacionalista Gamal Abdel Nasser. A aproximação e o reconhecimento dos egípcios do governo de Mao Tsé-tung, concomitantemente com as viagens realizadas por Zhou Enlai aos países africanos recém-independentes, incentivaram Argélia, Marrocos, Sudão e Guiné a também reconhecerem a RPC. No final da década de 1950, a diplomacia de Pequim conseguiu edificar relações diplomáticas com 19 dos 41 novos estados africanos. (OLIVEIRA, 2007).

Na década 1960, as relações sino-soviéticas foram rompidas. Conquanto a revolução chinesa houvesse sido enfaticamente saudada pelo *Kremlin*, logo ficaria claro que a experiência comunista no país vizinho não se alinharia ao soviético. Além disso, o governo de Pequim não se contentaria com o papel meramente de nação satélite de Moscou, havendo, inclusive, o desejo, por parte do PCC, de possuir arsenal nuclear próprio com tecnologia autônoma. (HOBSBAWM, 2000).

A deterioração das relações com a URSS, esforço de se defender do imperialismo estadunidense e a necessidade de isolar politicamente o governo nacionalista do *Kuomintang*, em Taiwan, inaugurou, no sistema internacional, uma nova era na política externa chinesa. Essa, entre outras diretrizes, empenhou-se em buscar suporte nas nações africanas. (NOGUEIRA, 2012).

---

<sup>4</sup> Em 1955, realizou-se na Indonésia, a Conferência Afro-Asiática de Bandung, patrocinada pelo país anfitrião, a Índia, a Birmânia, o Ceilão (atual Sri Lanka) e o Paquistão. A Conferência reuniu 29 estados asiáticos e africanos. A Carta de Bandung condenava o racismo, defendia a igualdade entre as nações, promovia a cooperação econômica e cultural terceiro-mundista e a recusa em participar das esferas de influência controladas pelas superpotências, Estados Unidos da América – EUA e URSS. Ver: (MAGNOLI, 2004) e (VISENTINI, 2006).

Entre 1963 e 1965, portanto, o primeiro-ministro Zhou Enlai realizou três viagens para África, divulgando os oito princípios chineses para assistência econômica e tecnológica entre os demais países. A política externa de cooperação da China, dessa forma, seria assentada na igualdade e no benéfico mútuo; respeito à soberania e na não imposição de condições; na concessão de empréstimos com juros baixos e com flexibilidade de pagamento; na ênfase ao desenvolvimento e à independência econômica dos países beneficiários; nos investimentos pequenos com retornos rápidos; no fornecimento de equipamentos de alta qualidade com base nos preços no mercado internacional; na transferência de tecnologia e na igualdade de tratamento tanto para os especialistas chineses quanto para os da nação parceira.

Na década de 1970, a política externa chinesa adotou novo rumo em virtude da necessidade estratégica de remodelar o equilíbrio de poder em seu entorno. Confrontada ao poder imperialista de Moscou e devendo fazer frente às tensões geopolíticas provocadas pelos países vizinhos – Taiwan, Japão e Índia – Pequim se aproximou diplomaticamente com os EUA. Essa reconciliação propiciou o reconhecimento da RPC, em outubro de 1971, nas Organizações das Nações Unidas – ONU em substituição a República da China e, em 1972, o então presidente estadunidense, Richard M. Nixon, protagoniza um histórico encontro com Mao Tsé-tung.

No mesmo período, o êxito da política externa da China para a África era visível, haja vista que 25 países do continente reconheceram o governo do PCC. Os empréstimos chineses para as nações africanas haviam aumentado consideravelmente assim como os acordos cooperativos. Entre esses se destacam a construção de uma estrada de 954 km na Somália e de uma ferrovia ligando *Dar es Salaam*, capital da Tanzânia, a *Copperbelt*, província do Zâmbia. Nessa obra de 1.860 km, Pequim concedeu empréstimo de US\$ 405 milhões e enviou 50 mil trabalhadores. (CHINA IN AFRICA PROJECT, 2009).

Ressalta-se, ademais, que a China manifestava-se sempre dedicada em suportar os países africanos na luta contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo. A postura cooperativa e de interesses recíprocos, por parte da chancelaria chinesa, propiciou o apoio, da maioria das nações africanas, ao pleito chinês de possuir assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU. Em 1971, dos 76 votos favoráveis à China, 26 foram de Estados africanos. Esse fato levou o Grande Timoneiro, Mao Tsé-tung, declarar: “Retornamos as Nações Unidas por nossos Amigos Africanos negros.” (ANSHAN, 2007, p.78, tradução nossa).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> *We are brought back into the United Nations by our Black African friends.* (ANSHAN, 2007, p.78).



Em 1976, com a morte de Mao Tsé-tung e após um período de dois anos de instabilidade política, o principal líder reformista, Deng Xiaoping, assumiu em 1978. Desde então, a China vem apresentando impressionante crescimento econômico e melhorias sociais com a execução do Programa das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, defesa e técnico-científica) e com a integração controlada de sua economia no mercado mundial.

Em relação à política externa, Deng Xiaoping, imprimiu um caráter menos ideológico-político e mais pragmático-economicista. A busca da internacionalização da revolução chinesa, pregada pela diplomacia de Mao Tsé-tung, cedeu espaço para a inserção do país no capitalismo mundial e a exportação de seu modelo econômico. A nova política econômica seguiu o princípio de “portas abertas”, objetivando, assim, integrar o país na economia global, atrair investimentos estrangeiros e incentivar uma maior participação da China nas organizações internacionais. (BARNETT, 1986).

Nesse momento, observa-se que com a integração na economia global e com a atração de investimentos diretos, a política externa chinesa deixou de focar os países periféricos e passou a reforçar as relações com os centros da economia-mundo capitalista, ou seja, Europa e os EUA. Os projetos de cooperação e os de assistência econômica com o continente africano conquanto não cessarem completamente tiveram seus orçamentos reduzidos expressivamente. (MBEZA, 2010).

O retorno à África começou de forma tímida, em 1982, quando o primeiro-ministro chinês, Zhao Ziyang visitou 11 países africanos<sup>6</sup> numa estratégia singular de incluir, na sua rede de sustentação política-econômica, não somente os países ricos em recursos naturais, mas também os mais desprovidos, frequentemente esquecidos pelas potências ocidentais. Na ocasião, Ziyang anunciou as novas diretrizes que regeriam as relações China-África. Essas seriam: igualdade e vantagem recíprocas; valorização da eficácia; diversidade em forma de cooperação e desenvolvimento mútuo.

Nota-se que a assistência financeira e a cooperação técnica, como forças determinantes para exportar a revolução comunista, cederam espaço para diplomacia despolitizada a serviço da economia. Destaca-se, ademais, que os conflitos intensos em várias nações africanas, concomitantemente, a distensão das relações sino-soviéticas e sino-estadunidenses, contribuíram para a mudança estratégica da política externa do PCC para a África.

---

<sup>6</sup> Argélia, Egito, Guiné, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Marrocos, Quênia, Zâmbia. Zimbábue, Tanzânia. Ver: (TAYLOR, 1998).

Em 1989, após o massacre realizado pelo exército vermelho contra estudantes que ocupavam a Praça da Paz Celestial em Pequim, a China se encontrava isolada diplomaticamente por parte da comunidade internacional.<sup>7</sup> A política externa do primeiro ministro Li Peng, dessa maneira, voltou-se com mais intensidade as nações semiperiféricas e as periféricas que também estavam sobre pressão internacional por abertura política e recebendo críticas de violação aos direitos humanos. A maioria desses Estados se localizava na África, logo o chancelar chinês, Qian Qichen, realizou entre 1989 e 1992, 14 viagens para o continente. (TAYLOR, 1998). O principal objetivo dessas era justificar os fatos ocorridos na Praça da Paz Celestial e reafirmar o interesse chinês em encetar relações comerciais e de cooperação econômica, porém sem interferência nos assuntos internos de cada nação.

As nações africanas, representando mais de 25% dos países da Assembleia das Nações Unidas, poderiam, com seus votos, preservar a China de possíveis sanções na questão de violação de Direitos humanos. O PCC, portanto, destinou vultosos recursos financeiros e técnicos para as nações africanas, obtendo a solidariedade e as condições necessárias para estabelecer as bases de cooperação econômica e comercial no continente. A China oferecia, em 1988, apenas US\$ 60 milhões de ajuda direta a 30 países da África. No entanto, após o massacre da Praça Celestial e o apoio dos governos africanos ao regime de Pequim, os países do continente receberam a soma de US\$ 374 milhões. (SARAIVA, 2008).

Em 1996, quando estive de visita ao continente, o presidente chinês Jiang Zemin ratificou a importância das relações sino-africanas ao propor o desenvolvimento de uma estrutura de cooperação versátil e estável entre a China e África. Em seu discurso, realizado na Organização da Unidade Africana – OUA em *Adis Abeba*, o mandatário chinês defendeu que as relações sino-africana deveriam se pautar na amizade sincera, no tratamento igualitário, na solidariedade, na cooperação e no desenvolvimento comum.

Quatros anos após o discurso, o governo chinês lançou o Fórum de Cooperação China-África – FOCAC, congregando a grande maioria dos países africanos. O evento, que foi realizado em Pequim, contou com a presença de representantes de 44 países africanos, sendo que 80 ministros foram levados à área industrial de *Guandong* para conhecerem as instalações e tecnologias chinesas. (SARAIVA, 2008). Nesse ensejo foi firmado, também, o Programa para Cooperação Sino-Africana no Desenvolvimento Econômico e Social. Esse recupera os princípios e as práticas de assistência e

---

<sup>7</sup> O governo chinês não divulga o número exato de mortos, fazendo com que as estimativas fiquem entre 2.000 a 3.000 civis mortos no incidente da Praça Tian'anmen em 1989. Ver: China relembra 22 anos do massacre na Praça da Paz Celestial – publicado em: *Jornal Folha de S.Paulo* [<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/925390-china-relembra-22-anos-do-massacre-na-praca-da-paz-celestial.shtml>]. Disponibilidade: 04/06/2011

de cooperação internacional estabelecidos na década de 1960 pelo então Ministro de Relações Exteriores chinês, Zhou EnLai.

Percebe-se, assim, que desde 1989 e com o estabelecimento do FOCAC<sup>8</sup>, a China marca presença na África de forma estrutural, seus investimentos estão repartidos entre quase 50 países africanos, numa inclusão tanto quantitativa quanto qualitativa. Atualmente, há aproximadamente 800 mil chineses vivendo no continente<sup>9</sup>, encontram-se diversas variedades de produtos chineses em prateleiras de mercados africanos e a maioria das obras de infraestrutura estão sendo financiadas e/ou executadas por empresas ligadas a estrutura estatal chinesa.

### **O mapa dos investimentos chineses na África**

O investimento chinês no exterior, de 1979 até 2002, tinha como destino favorito a Ásia, seguido da América do Norte, da África e por último da América Latina. No entanto, a partir de 2003, a China estabeleceu uma nova política de expansão de seus negócios no exterior. Essa, desde então, tem como escopo primordial o apoio a projetos para exploração de recursos naturais e fontes energéticas essenciais para manutenção do crescimento econômico e social chinês. Isso fez com que as nações africanas e as latino-americanas figurassem entre os principais receptores de investimentos oriundos de Pequim.

Desde 2005, a China investiu diretamente um total de US\$ 870,4 bilhões no exterior. Desses US\$ 395,9 bilhões foram destinados para energia e US\$ 124,5 bilhões para minérios. A África Subsaariana detém a maior quantidade dos recursos com mais de US\$ 150,4 bilhões. (CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2014); (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2014).

Alguns empréstimos são destinados exclusivamente a pequenas e médias empresas africanas e têm condições muito favoráveis, juros baixos e extensos prazos de carência. Uma quantia de

---

<sup>8</sup> A sequência dos encontros do Fórum de Cooperação China-África é: 1º Pequim em 2000 – presença de 44 países com 3 chefes de Estados. 2º Addis Ababa em 2003 – presença de 44 países com 8 chefes de Estados. 3º Pequim em 2006 – presença de 48 países com 41 chefes de Estados. 4º Sharm el-Sheikh em 2009 – presença de 49 países com 13 chefes de Estados. 5º Pequim em 2012 – presença de 50 países com 8 chefes de Estados e a presença do Secretário Geral da ONU Ban Ki-moon. O FOCAC é realizado a cada três anos alternando Pequim e cidades africanas. Ver: (RYSZYK, 2010); (FOCAC, 2015).

<sup>9</sup> Ver: (CHADE, 2011b). China ‘invade’ a África atrás de matérias primas – publicado em *Jornal O Estado de São Paulo* [[http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,china-invade-a-africa-atras-de-materias-primas,5481\\_6,0.htm](http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,china-invade-a-africa-atras-de-materias-primas,5481_6,0.htm)]. Disponibilidade: 13/02/2011.

US\$10 bilhões foi disponibilizada para auxiliar os países africanos a atingirem os Objetivos do Milênio<sup>10</sup> e lidar com problemas de segurança alimentar, de energia e de epidemias. (MAIA et al, 2011).

Somente os empréstimos chineses na África, por meio do Banco de Exportação e Importação da China – *EximBank* foram estimados, no período entre 2001 e 2010, em US\$ 67,2 milhões. Esse valor é mais do que o Banco Mundial destinou para empréstimos as nações africanas no mesmo período, US\$ 54,7 milhões. (BRAGANÇA, 2012). A face negativa dessa política é que a abundância de crédito quase sem encargos pode levar a um aumento do endividamento desses países.

Conquanto os empréstimos sejam importante instrumento da política externa do PCC para a África, o sistema denominado “Angola Mode” prevalece nas relações sino-africanas. O modelo é típico de *tied aid*, pois a ajuda somente é acordada com a condição de os serviços, bens ou equipamentos do Estado doador serem adquiridos pelo Estado receptor.

O “Angola Mode” é caracterizado pela troca direta de bens intensivos e de recursos naturais por obras em infraestrutura, realizadas pelas empresas de engenharia chinesas. Tal sistema foi favorecido pela decisão do Fundo Monetário Internacional – FMI e pelo Banco Mundial, que optaram em não mais financiar projetos suscetíveis de serem realizados pelo setor privado em países da grande periferia. (MBEZA, 2010).

Com a adoção desse método, o governo de Pequim reúne cooperação técnica para o desenvolvimento de infraestrutura, típica do ocidente, com uma operação de financiamento de exportação. O “Angola Mode” cria cadeias de valor, por meio da exportação de tecnologia, equipamentos, trabalho e contratos profissionais, e reduz significativamente a incidência de corrupção, pois não é repassado diretamente dinheiro para os governos africanos.

O PCC, ciente da necessidade de internacionalização de suas companhias e da construção de um ciclo sistêmico de acumulação, oferece, além disso, subsídios para cobrir os custos de transportes em até 20% do valor do frete de maquinário chineses destinados à utilização da exploração de recursos naturais na África. Pequim, também, incentiva os trabalhadores chineses a atuarem nas nações africanas, concedendo seguro de acidentes pessoais e garantias de crédito. (JUNIOR, 2011).

---

<sup>10</sup> Em 2000, a Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu oito Objetivos do Milênio, que devem ser atingidos por todos os países até 2015. São eles: erradicar a pobreza extrema e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde maternal, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Os bancos chineses proveem, ademais, financiamento e serviços financeiros para facilitar o comércio e o investimento na África. Em 2007, o Banco de Desenvolvimento da China criou o Fundo de Desenvolvimento China – África para financiar participações em projetos de investimento das firmas chinesas no continente.

Recente pesquisa realizada pela organização *AidData* e pelo *Center for Global Development* – *CGD*, com sede em Washington – EUA, mapearam 1952 projetos chineses em mais 50 países africanos entre 2000 e 2012. A área em que concentra o maior número de parcerias é o de Governos e Sociedade Civil, seguida por Saúde, Educação, Transporte e Armazenagem. Entretanto, os setores que receberam o maior número de verbas chinesas foram o de Transporte e Armazenagem e o de Geração e Suprimento de Energia. Entre os cinco maiores receptores estão Angola e Moçambique, países em que concentram presença e interesses brasileiros. (AIDDATA, 2015).

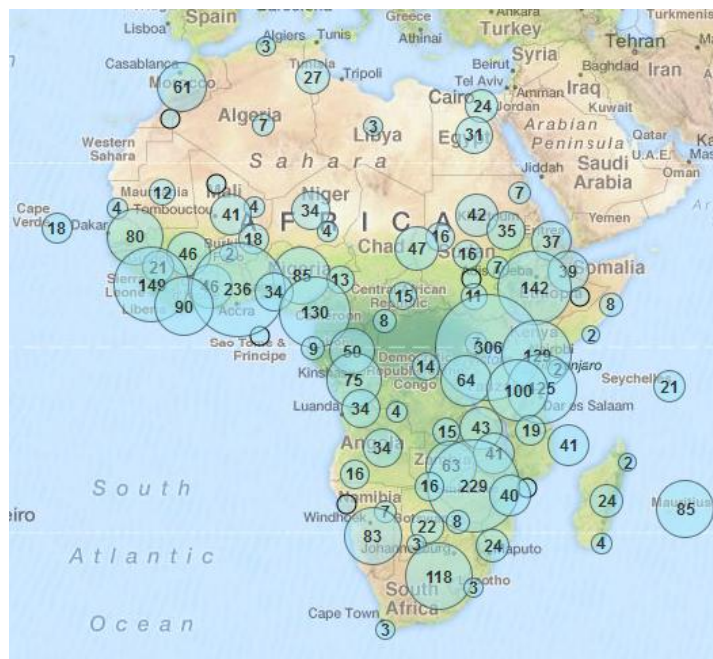


Figura 1 – *Tracking Chinese Development Finance*  
Fonte: AidData, 2015.

No século XXI, os projetos de cooperação se ampliaram à medida que se elevaram os investimentos externos chineses no continente. Como consequência, foram treinados e capacitados 15.000 profissionais africanos em diversas áreas. Houve, ademais, por parte da China, a isenção de 190 produtos importados da África, a concessão de 4.000 bolsas de estudos, a criação de 38 Institutos Confúcio em 26 países africanos, o envio de 700 professores para atuarem em escolas rurais, a assessoria de 100 especialistas para a agricultura, a edificação de 100 escolas, de 30

hospitais e de 30 centros de tratamentos de prevenção à malária. (JINTAO, 2006); (LI, 2012); (NAIDU; CORKIN; HERMEN, 2009).

Percebe-se que a China está empenhada em conquistar os corações e as mentes das nações africanas. Fazendo uso do *soft power*<sup>11</sup>, de 1973 a 2011, Pequim enviou, aproximadamente, 16.000 médicos para exercerem tanto a medicina convencional quanto a tradicional chinesa nas zonas rurais africanas. Na atualidade, ainda há cerca de 1.200 profissionais de saúde chineses em 36 países da África. (PAUTASSO, 2009).

Em relação às trocas comerciais entre África e China, houve um aumento expressivo na última década. Em 2000, essas estavam em US\$ 10 bilhões, em 2004, o valor dobrou para US\$ 20 bilhões, em 2008, estavam em US\$ 100 bilhões e, atualmente, ultrapassam a barreira dos US\$ 200 bilhões. (LUZ, 2013).

O comércio dentro da estratégia da chancelaria chinesa para a África difere das demais regiões, assumindo também um objetivo político. O PCC objetiva não somente elevar o fluxo comercial dentro de uma perspectiva de desenvolvimento estratégico, mas estreitar as relações com as nações africanas como forma de exportar a abordagem chinesa aos temas da agenda internacional. A chancelaria chinesa, além disso, apresenta-se na África como líder natural dos países periféricos e semiperiféricos.

Depreende-se que a chancelaria chinesa, além de fazer uso dos mecanismos de sedução de seu *soft power*, vem empregando várias combinações de aproximação com a África. Há desde a destinação de investimentos diretos, de empréstimos em longo prazo e de auxílio financeiros, passando pela cooperação técnica e tecnológica internacional, até a cooptação política das elites africanas.

Essa estratégia de aproximação, por parte de Pequim, tem conquistado a simpatia da maioria dos países africanos, com os quais mantém relações diplomáticas, exatamente 48 de um total de 54 países.<sup>12</sup> As principais investidas da chancelaria do PCC, contudo, concentram-se na Nigéria, na Etiópia, em Angola, em Moçambique, no Sudão, na Zâmbia, no Zimbabué, no Gabão, na República Democrática do Congo e na África do Sul.

---

<sup>11</sup> *Soft power* é o termo desenvolvido pelo cientista político estadunidense Joseph S. Nye Jr. para caracterizar a capacidade de um país atingir seus objetivos por meio da persuasão e atração, gerada pela influência de seus valores, de sua cultura e de sua política nas demais nações. Ver: (NYE, 2002); (NYE, 2004).

<sup>12</sup> Gâmbia, Burkina Faso, Suazilândia e São Tomé e Príncipe mantêm relações com o governo de Taiwan, mas são continuamente convidados pela China a participarem em todas as atividades realizadas em conjunto com os restantes países africanos.

Por exemplo, no Sudão, Pequim já investiu US\$ 4,2 bilhões, desde 2005, para a produção de petróleo e para desenvolvimento de portos e dutos. As três maiores empresas estatais petrolíferas chinesas atuam no país, a *China National Petroleum Corporation – CNPC*, a *China National Offshore Oil Corporation – CNOOC* e a *China Petroleum and Chemical Corporation – SINOPEC*. Atualmente, o país asiático absorve 50% da produção petrolífera sudanesa e mantém 4.000 soldados para assegurar a defesa das instalações responsáveis pelo transporte do petróleo pelo o Mar Vermelho. Além da compra do petróleo sudanês, a China é fornecedor de produtos bélicos para o país. (CHADE, 2011b); (CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2014).

O pragmatismo das relações internacionais chinesas com o Sudão fez com que, em 2004, quando o CSNU discutia a aprovação de sanções contra o governo do presidente Omar Hassan al-Bashir, por apoio às milícias *Janjaweed* nos conflitos de *Darfur*, a China fez constar que nunca ratificaria tal decisão. Por fim, impossibilitado de impor sanções contra *Cartum*, o CSNU adotou medidas adicionais contra o país africano, entretanto com a abstenção chinesa.

No Zimbabué, em 2006, o presidente, Robert Gabriel Mugabe anunciou a criação de um *national security council* composto por vários organismos estaduais zimbabuenses. Em razão da cooperação e do comércio no setor bélico com a China, a formação dos agentes nacionais do Zimbábue é feita pelo exército vermelho. A *Sinohydro Corp.* empresa construtora e de engenharia elétrica, investiu quase US\$ 500 milhões para aumentar a produção da central hidroelétrica de *Kariba* e assinou um contrato no valor de US\$ 1,4 bilhões para construir uma central de carvão. (JULLIEN ; LANDRIN ; REVERCHON, 2015); (CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2014).

O governo de Mugabe, que já se beneficiou com um investimento em torno de US\$ 4,3 bilhões de 2005 a 2014, adquiriu, além disso, vagões e locomotivas da China, mediante pagamentos facilitados, para reabilitar a sua rede ferroviária, e há, também, tratativas para o estabelecimento de companhias mistas de fabricação de cigarros, em decorrência das vastas plantações de tabaco no país africano.<sup>13</sup>

Em Angola, a China ofereceu empréstimo de US\$ 9,7 bilhões, desde 2005, ao governo de Luanda. Em troca, obteve como garantia, o fornecimento mínimo de 10.000 barris de petróleo por

---

<sup>13</sup> Ver: Partidos no poder na China e no Zimbabwe reforçam cooperação – publicado em *Panapress* [<http://www.panapress.com/Partidos-no-poder-na-China-e-no-Zimbabwe-reforcam-cooperacao--3-445488-45-lang1-index.html>]. Disponibilidade: 21/10/2003 e Zimbabwe/China, governos assinam acordo de cooperação ferroviária – publicado em *Angola Press* [[http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/afrika/2004/5/25/Zimbabwe-c\\_hina-governos-assinam-acordo-cooperacao-ferroviaria.cc3e27c4-8534-44ab-978a-2ac2301ef3b8.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/afrika/2004/5/25/Zimbabwe-c_hina-governos-assinam-acordo-cooperacao-ferroviaria.cc3e27c4-8534-44ab-978a-2ac2301ef3b8.html)]. Disponibilidade: 20/06/2004.

dia. Na atualidade, o país africano é responsável pelo fornecimento de 791.000 barris de petróleo por dia para a China. (CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2014).

Em 2005, foi estabelecido o “Angola *Mode*”. Na visita do vice-presidente do *EximBank*, Su Zhong, a Luanda, o governo angolano assinou 18 contratos suplementares individuais de crédito. Todos essencialmente comerciais e com a garantia de Pequim reabilitar e reconstruir determinadas infraestruturas do país. O capital de investimentos desses projetos ficou a cargo das empresas de engenharias chinesas, detentoras de 70% da linha de crédito, ficando as companhias angolanas subordinadas às chinesas e com 30% do financiamento. (ALVES, 2007). Ainda que tal política tenha permitido o desenvolvimento de setores importantes da economia angolana, a reciprocidade devida aos chineses implica no risco de perder outros mercados promissores.

A Nigéria é atualmente o maior receptor de investimentos chineses no continente com US\$ 20,7 bilhões desde 2005. A atenção especial ao país se deve em virtude de sua estratégica localização no Golfo da Guiné, de suas importantes reservas petrolíferas e de seu potencial mercado consumidor de 170 milhões de habitantes. (CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2014).

Na nação liderada por Goodluck Jonathan, Pequim lançou o primeiro satélite comercial de comunicação nigeriano, financiado a um custo de US\$ 200 milhões. As empresas de engenharia chinesas, também, estão reconstruindo a rede ferroviária do país. O PCC, com a *SINOPEC*, já investiu US\$ 7,2 bilhões na compra dos direitos de exploração de petróleo, no entanto *Shell* e *ExxonMobil* detêm maior parte das concessões e das explorações dos poços. Em 2010, Lagos assinou acordo com Pequim viabilizando a construção de três refinarias, no valor de US\$ 31 bilhões, em parceria com o governo nigeriano, nos estados de *Bayelsa*, *Kogi* e na Zona Livre de *Lekki*. (MTHEMBU-SALTER, 2009); (RYSZYK, 2010).

Além do petróleo, as importações da China incluem algodão bruto do oeste africano, cobre e cobalto da República Democrática do Congo, minério de ferro, cobre e platina da Zâmbia, ferro da África do Sul, platina e tabaco do Zimbábue e madeira do Gabão, Guiné Equatorial e Camarões. As exportações de madeira possibilitaram Pequim a se tornar, em 2010, no maior produtor de móveis do planeta.<sup>14</sup>

As empresas de infraestruturas chinesas, com apoio do *EximBank*, foram responsáveis pela construção de várias obras no continente africano. Além das já mencionadas, destacam-se os

---

<sup>14</sup> Esse sucesso às vezes leva à exploração de madeiras oriundas de florestas classificadas como patrimônio mundial, como é o caso da madeira rosa das florestas de Madagascar que são ilegalmente extraídas e exportadas para a China. Ver: *Rapport d'enquête sur Le commerce mondial des bois précieux malgaches: bois de rose, ébène et palissandre, octobre 2011*. Disponível em: [ [http://www.globalwitness.org/sites/default/files/library/mada\\_fr.pdf](http://www.globalwitness.org/sites/default/files/library/mada_fr.pdf) ].



prédios da administração pública na Argélia, a reconstrução de linhas de trem em Angola, incluindo a do porto em Benguela, usada para escoar o cobre da Zâmbia. Novos projetos de barragens estão sendo financiados na Zâmbia, no Sudão, nas Ilhas Maurícias, no Congo e na Etiópia. Nesse último está sendo construído, no Rio Tekeze, a maior represa do Continente Africano ao custo estimado de US\$ 224 milhões que, além de produzir energia elétrica, desenvolverá a agricultura irrigada na região. A China, ainda, doou, recentemente, equipamentos médicos modernos para o hospital militar de Maputo e forneceu material não letal às Forças Armadas de Defesa de Moçambique no valor de US\$ 1,5 milhões. (NELSON, 2006).

Toda essa movimentação político-cultural-econômica chinesa na África vai ao encontro com o pensamento de Arrighi. O autor acredita que a China, com seu sistema de subcontratação de múltiplas camadas, representa o emergente regime de acumulação de capitais no Leste Asiático, que seria o novo epicentro da economia política mundial. A nova ordem internacional, segundo Arrighi (2008), seria mais favorável aos povos do hemisfério sul e, por extensão, a toda a humanidade desde que a China não optasse por um desenvolvimento propriamente capitalista.

Infere-se que com, aproximadamente, US\$ 2,4 trilhões em recursos para investimentos, a estratégia chinesa na África é parte de um projeto para se tornar global, reduzindo sua dependência em relação aos mercados europeu e americano e diversificando suas parcerias. De fato, a política sino-africana tem como escopo final o desenvolvimento da China e a promoção do bem-estar econômico, social e cultural de sua população, recuperando, desse modo, o seu papel de potência asiática e ascendendo à posição de interveniente de peso no contexto internacional, ou seja, juntar-se ao clube das potências centrais mundiais.

### **Considerações Finais**

A RPC fundada na orientação ideológica marxista-leninista-maoísta e seguindo, em um primeiro momento, na sua política externa os preceitos de exportação da revolução comunista vem se transformando político e socioeconomicamente a partir das reformas administradas por Deng Xiaoping.

A morte de Mao Tsé-tung, em 1976, representou, na política chinesa, o abandono ao controle carismático do poder pelos líderes do PCC. A substituição do Grande Timoneiro para a autoridade racional de Xiaoping simbolizou a passagem de uma matriz de poder construída a partir

de uma plataforma ideológica revolucionária (marxismo-leninismo-maoísmo) para uma matriz de poder pós-revolucionária (tecnocrata-centralista-economicista).

Evidencia-se, portanto, que desde as reformas denguistas, o Grande Dragão aproximou-se do ocidente e abriu-se ao mundo, apresentando um socialismo próprio, classificado como de mercado. A partir da década de 1980, a política externa de Pequim relegou a ideologia a um segundo plano e se concentrou em suas crescentes necessidades econômicas para implantar na África um modelo de divisão axial do trabalho. Ao longo desse processo, estabeleceram-se trocas continuadas e expressivas com a maioria dos países que integram o continente, formando as complexas relações de interdependência entre essas unidades sociopolíticas.

Contudo, o PCC, ainda, conduz-se igualmente como entidade política semiperiférica, ao diluir as contradições existentes entre os dois polos, assumindo um discurso de não interferência nos assuntos locais. A China, ao contrário de outras nações, ao se relacionar com a África não adota e tampouco faz exigências de cunho moral e ideológicos. Os contratos de cooperações político-econômicas firmados com as nações africanas não contêm cláusulas de contrapartida exigindo maior participação política, transparência de gestão, reformas econômicas, observância aos direitos humanos e respeito ao meio ambiente. Formalmente, Pequim institui apenas uma condição: que o Estado interlocutor adote a política da “uma só China”, logo não reconheça Taiwan.

A China busca, na sua política externa, primordialmente, garantir seu crescimento econômico, seu ciclo emergente de acumulação de capitais, estabelecer uma posição hegemônica na estrutura interestatal estratificada, expandindo, assim, sua cadeia produtiva na periferia. As estreitas relações sino-africana, dessa forma, estão enquadradas nessas perspectivas. A África se faz necessária a China pela abundância de matérias-primas e de recursos energéticos, por representar um potencial mercado para a exportação dos produtos chineses.

A divisão de trabalho funcional e geográfica fornecida pelas relações sino-africanas, portanto, não somente supre as necessidades estruturais da economia chinesa, como fortalece sua transição para uma esfera central de influência. Além de maximizar o poder de Pequim no sistema internacional.

Parte da comunidade internacional se contrapõe à política externa chinesa na África afirmando que a aproximação indiscriminada da China, desconsiderando a presença de regimes autoritários, corruptos e infratores de direitos humanos, evidencia que o país atua de forma imperialista, voltado exclusivamente à extração de recursos naturais. Esses estariam sendo

extraídos do continente para serem processados na China, resultando em uma troca comercial desequilibrada entre ambos.

Além disso, defendem que Pequim, ao enfatizar os investimentos na construção de novas obras ligadas somente ao escoamento da produção nacional, prestando pouca atenção aos projetos de integração regional, pratica uma política neocolonialista e que propiciaria resultados catastróficos para as nações africanas. Outras preocupações apontariam para a ausência de consciência ambiental, eventual remoção de indústrias poluentes para a África, desrespeito a práticas trabalhistas mais formais e descolamento de chineses para a região.

Em resposta a essas acusações, a China estabeleceu condições para que os produtos africanos tivessem livre trânsito ao seu mercado, contudo a assimetria persiste. Muitas nações africanas, entretanto, preferem adotar medidas visando alcançar um tratamento preferencial com a China, em um claro *bandwagoning*.<sup>15</sup> Isso ocorre, pois os países africanos, até recentemente marginalizados pelos investidores externos, reconhecem que o custo de se oporem à presença chinesa é superior aos benefícios que podem advir de se subordinarem a Pequim. Enquanto a China continuar a crescer exponencialmente e Europa e EUA não reverem suas políticas de condicionalidade, a tendência é esse quadro perdurar.

O continente africano, que está saindo de um longo período de conflitos abertos e militarizados internos, vem procurando se modificar neste século XXI. Vários países da região estão engajados em melhorar seus indicadores sociais com o fito de alcançarem os Objetivos do Milênio até 2015 e, dessa maneira, vislumbram nas parcerias horizontais com China a possibilidade de que isso se concretize.

Há, portanto, um ambiente extremamente positivo na África; e o PCC está usufruindo desse momento a seu modo. A China, que passou a produzir cada vez mais mercadorias com maior valor agregado e a participar ativamente das finanças globais, exerce um monopólio tecnológico e organizacional sobre a cadeia produtiva africana, reproduzindo o domínio de um poder central. Tudo indica que o receio de Arrighi (2008), de que a China optasse por um desenvolvimento propriamente capitalista, vem se concretizando.

Entretanto, a diáspora capitalista chinesa para diversas partes do globo pode sim abrir possibilidades de uma profunda reorganização no sistema internacional. Nações centrais, até então,

---

<sup>15</sup> O termo *bandwagoning* – originário da expressão “*jump on the bandwagon*”, quando eleitores pulam no carro de som de candidatos estadunidenses – pode ser definido, simploriamente, como a estratégia do Estado mais fraco se aliar ao Estado mais poderoso para tentar tirar algum benefício da relação. (WRIGHT, 1964) e (WALTZ, 1979).

relutantes com a participação e com o maior poder dos países semiperiféricos nos principais fóruns internacionais, poderiam optar por liderar essa transição, criando uma pluralidade de nações, que agindo em comum acordo, desenvolveria uma nova ordem mundial em substituição do colapsado sistema *Bretton Woods*.

Aos países africanos, por fim, caberia em todo caso buscar a elaboração de planos estratégicos com vistas a aproveitar a cooperação de países centrais e semiperiféricos para desenvolver uma indústria de transformação de suas matérias primas, fortalecer sua economia de serviços e gerar melhorias socioeconômicas concretas. As relações sino-africanas, desse modo, devem propor o diálogo de interesses e valores mútuos, construindo uma nova geografia política, econômica e comercial para o continente.

### **Referências bibliográficas**

AIDADATA : OPEN DATA FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. *Tracking Chinese Development Finance*. Washigton. Disponível em <<http://china.aiddata.org/>> . Acesso em 09 de mar. 2015.

ALVES, Duarte Bué. A Presença Chinesa em África: o Caso de Angola. Lisboa: *Negócios Estrangeiros*, vol.10, p.56 – 71, 2007.

ANSHAN, Li. China and Africa: policy and challenges. Beijing: *China security*, vol.03, nº3, p.69-93, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo Século XX*. São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo, 2008

ARIENTI, Wagner L. & FILOMENO, Felipe A. *Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi*. Ensaios FEE: Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007.

BARNETT, Doak A. Ten years after Mao. *Foreign Affairs*, 1986. Disponível em <<http://www.foreignaffairs.com/articles/41394/a-doak-barnett/ten-years-after-mao>> . Acesso em 08 de dez. 2014.

BRAGANÇA, Sósimo Leal. China ultrapassa Banco Mundial em investimentos em África. *Voz da América*. Washington, 04 jan. de 2012. Disponível em: <[http://www.voanews.com/portuguese/news/01\\_04\\_12\\_african\\_agenda-136676883.html](http://www.voanews.com/portuguese/news/01_04_12_african_agenda-136676883.html)>. Acesso em: 30 de mai. 2012.

CHADE, Jamil. Estudo prevê o Brasil como o 4º PIB mundial em 2050. *Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, 07 jan. de 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20brasil,estudo-preve-o-brasil-como-o-4-pib-mundial-em-2050,50225,0.html>>. Acesso em: 07 de mar.2012.

\_\_\_\_\_. Um terço da energia já vem de países africanos. *Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, 11 nov. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,um-terco-da-energia-ja-vem-de-paises-africanos,54818,0.html>>. Acesso em: 29 de mai.2012.

\_\_\_\_\_. China ‘invade’ a África atrás de matérias primas. *Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 fev.2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,china-invade-a-africa-atras-de-materias-primas,54816,0.html>>. Acesso em: 29 de mai.2012.

China in Africa Project. *South African Institute of International Affairs – SAIIA*. Johannesburg, set. 2009. Disponível em: <<http://www.saiia.org.za/images/stories/research/chap/chaptoolkit200909.pdf>>. Acesso em 15 de mai. 2012.

China relembra 22 anos do massacre na Praça da Paz Celestial. *Jornal Folha de S.Paulo*. São Paulo, 04 jun.2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/925390-china-relembra-22-anos-do-massacre-na-praca-da-paz-celestial.shtml>>. Acesso em 18 de mai. 2012.

China Global Investment Tracker: 2014. *The Heritage Foundation*. Washington DC. Disponível em: < <http://www.heritage.org/research/projects/china-global-investment-tracker-interactive-map>>. Acesso em: 13 de mar; 2015.

China vai dar assistência militar gratuita às Forças Armadas moçambicanas. *Rádio Moçambique*. Maputo, 29 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.rm.co.mz/index.php?option=comcontent&view=article&id=2283:china-vai-dar-assistencia-militar-gratuita-as-forcas-armadas-mocambicanas&catid=3:breves&Itemid=370>> Acesso em: 30 de mai. 2012.

Disputa entre China e Índia pela África expõe diferença nos Brics. *Carta Capital*, 26 mar. 2013. Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/internacional/disputa-entre-china-e-india-pela-africa-expoe-diferenca-nos-brics> > Acesso em 15 de dez. 2014.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. *Investimento internacional da China tem saldo positivo de US\$ 1,8 trilhão*. Brasília, 30 dez. 2014. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1224525.htm>>. Acesso em 11 de mar.2015.

FORUM ON CHINA–AFRICA COOPERATION – FOCAC. FOCAC Archives. Beijing. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltida/>> . Acesso em 09 de mar.2015.

HOBBSBAWN, Eric. *Age of extremes: the short twentieth century* (1914-1991). London: Abacus. 2000.

JINTAO, Hu. Address by Hu Jintao President of the People's Republic of China at the Opening Ceremony of the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Cooperation. FOCAC. Beijing, 04 nov.2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltida/dscbzjhy/SP32009/t606840.htm>>. Acesso em 30 de mai.2012.

JULLIEN, Pierre, LANDRIN, Sophie ; REVERCHON, Antoine - Le Bilan du Monde : géopolitique, environnement, économie. *Atlas de 198 pays*. França : Série/ Le Monde Hors-série. 2015. ISBN 978-2-36804-032-4.

JUNIOR, Mario Cordeiro de Carvalho. A Presença da China na África e as Ameaças ao Brasil. Rio de Janeiro: *Informativo de Comércio Exterior – AEB*, ano XI, nº 108, p.05 – 08, 2011.

LI, Jenny. Regime chinês corteja África com Institutos Confúcio e bolsas de estudo. *Epoch Times*, outubro de 2012. Disponível em: <<https://www.epochtimes.com.br/regime-chines-corteja-africa-com-institutos-confucio-e-bolsas-de-estudo/#.VP8goo6yrxo>>. Acesso em 10 de mar.2015.

LUZ, Natália. Não há colonização chinesa na África - diz especialista sobre a relação entre a China e o seu maior parceiro comercial. *Por dentro da África*, 18 de abril 2013. Disponível em <<http://www.pordentrodafrica.com/negocios/nao-ha-colonizacao-da-china-na-africa-diz-especialista-sobre-a-relacao-entre-a-china-e-o-seu-maior-parceiro-comercial>> Acesso em 10 de dez. 2014.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Saraiva, 2004.

MAIA, Franando et al. *O FOCAC e a Ajuda chinesa ao desenvolvimento na África*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas BRICS, 2011.

MBEZA, Serge. Les relations Chine-Afrique: quel futur ? *Dounia 3: La Chine em Afrique*, Setembro 2010, pp 142-150 Disponível em <[http://www.dounia-risri.net/IMG/pdf/Dounia3\\_pp\\_142-150.pdf](http://www.dounia-risri.net/IMG/pdf/Dounia3_pp_142-150.pdf)> Acesso em 07 de dez. 2014.

MTHEMBU – SALTER, Gregory. Elephants, Ants and Superpowers: Nigeria's Relations with China. Johannesburg: *SAIIA Occasional Paper*, nº42, 2009.

NAIDU, Sanusha; CORKIN, Lucy & HERMAN, Hayley. China's (Re) – Emerging relations with Africa: Forging a New Consensus? *Politikon*, vol.36, nº01, p.87 – 105, 2009.

NELSON, Sonia Ambrósio de. *Expansão econômica e influência da China, na África, Ásia e Pacífico*. Cingapura: Núcleo de Estudos Asiáticos – UnB, 2006.

NOGUEIRA, Camila M. O. S. *A Atuação da China no conselho de segurança das Nações Unidas (1971-2010)*. 2012. 90 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de

Relações Internacionais da Universidade de São Paulo – USP, 2012. Disponível em <[http://www.iri.usp.br/documentos/defesa\\_12-0420\\_Camila\\_Martins\\_Oliveira\\_Silva\\_Nogueira.pdf](http://www.iri.usp.br/documentos/defesa_12-0420_Camila_Martins_Oliveira_Silva_Nogueira.pdf)> Acesso em 10 de set. 2014.

NYE, Jr., Joseph S. *O paradoxo do poderio americano - Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. *Soft Power: The Means To Success In World Politics*. USA: *Public Affairs*, 2004.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A Política Africana da China*. São Paulo: Casa da África, 2007. Disponível em: <[http://www.casadas\\_africanas.org.br/site/img/upload/674760.pdf](http://www.casadas_africanas.org.br/site/img/upload/674760.pdf)>. Acesso em: 20 de mai.2012.

Partidos no poder na China e no Zimbabwe reforçam cooperação. *Jornal Panapress*: Dakar, 21 de out.2003. Disponível em: <<http://www.panapress.com/Partidos-no-poder-na-China-e-no-Zimbabwe-reforcaram-cooperacao--3-445488-45-lang1-index.html>>. Acesso em 29 de mai.2012.

PAUTASSO, Diego. A política externa chinesa e a 4º Conferência do Fórum de Cooperação China-África -2009. *Boletim Meridiano* 47, Nº. 112, p. 18-20, nov. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/503/321>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

RÉMY, Jean-Philippe. Lagos: le laboratoire de l'impossible *Le Monde hors série : Afrique, l'envol*. França. Série/ Le Monde Hors-série. pp. 15-23. 2015 - ISBN 978-2-36804-031-7

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Immanuel Wallerstein –Crítica del Moderno Sistema-Mundo Capitalista*. Biblioteca Era, México, 2003.

*Rapport d'enquête sur Le commerce mondial des bois précieux malgaches: bois de rose, ébène et palissandre*. Octobre 2010. Paris. Disponível em: <[http://www.globalwitness.org/sites/default/files/library/mada\\_fr.pdf](http://www.globalwitness.org/sites/default/files/library/mada_fr.pdf)>. Acesso em 13 de mar. 2015.

RYSDYK, Janaina. *A Política Externa Chinesa para África: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria*. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol.51, nº 2, Brasília, p.87-104, jan.-jun. 2008.

TAYLOR, Ian. China's foreign policy towards Africa in the 1990s. *Journal of Modern African Studies*, vol.36, nº03, p. 443-460, 1998.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *História Mundial Contemporânea: 1776 – 1991*. Brasília: Funag, 2006

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *World System Analysis. An Introduction*. London: Duke University, 2004.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.

WRIGHT, Quincy. *A Study of War*. Chicago: University of Chicago, 1964.

Zimbabwe/China, governos assinam acordo de cooperação ferroviária. *Jornal Angola Press*: Luanda, 26 de jun.2004. Disponível em: <[http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/afrika/2004/5/25/Zimbabwe-china-governos-assinam-acordo-cooperacao-ferroviaria,c3e27c4-8534-44ab-978a-2ac2301ef3b8.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/afrika/2004/5/25/Zimbabwe-china-governos-assinam-acordo-cooperacao-ferroviaria,c3e27c4-8534-44ab-978a-2ac2301ef3b8.html)>. Acesso em 28 de mai.2012.